

O PROBLEMA DA ESCRITA: PRELÚDIO PARA A EDUCAÇÃO ESTÉTICA

THE PROBLEM OF WRITING: A PRELUDE TO AESTHETIC EDUCATION

Samon Noyama¹

Recebido em: 07/2018
Aprovado em: 08/2018

Resumo: No ano de 1795, Fichte e Schiller iniciam uma polêmica troca de cartas que pode ser entendida como a gênese da investigação acerca da escrita filosófica. Schiller recusara um artigo apresentado por Fichte, também membro da revista *Die Horen*, por sua forma dura, rígida e de difícil compreensão. O argumento se baseia na proposta de tentar unir a beleza da escrita poética à busca da expressão da verdade, comumente encontrada nos conceitos da filosofia. Schiller pretendia usar a beleza para desenvolver uma forma mais sensível de apresentar e fazer compreender melhor as ideias da filosofia. Fichte, que já retrucara o estilo epistolar das cartas para a educação estética de Schiller, pôs-se a elencar os argumentos para defender um estilo rígido, preciso e nada poético. A partir de então, a escrita pode ser investigada como um legítimo problema filosófico à luz da poesia, da ciência e da cultura, e, o debate em torno deste tema fomentado por Schiller, como um prelúdio ao seu projeto de uma educação estética da humanidade.

Palavras-chave: Escrita. Schiller. Fichte. Educação estética

Abstract: In the year 1795, Fichte and Schiller begin a controversial exchange of letters that can be understood as the genesis of the investigation about the philosophical writing. Schiller had rejected an article presented by Fichte, also a member of *Die Horen* magazine, for his hard, rigid and difficult to understand form. The argument is based on the proposal to try to unite the beauty of poetic writing with the search for the expression of truth, commonly found in the concepts of philosophy. Schiller intended to use beauty to develop a more sensible way of presenting and making better understand the ideas of philosophy. Fichte, who had already replayed the epistolary style of letters for Schiller's aesthetic education, began to list the arguments for a rigid, precise, and not poetic style. From then on, writing can be investigated as a legitimate philosophical problem in the light of poetry, science and culture, and the debate around this theme fostered by Schiller as a prelude to his project of an aesthetic education of humanity.

Keywords: Writing. Schiller. Fichte. Aesthetic education.

O descompasso de Schiller em relação ao seu tempo histórico, ou mais objetivamente em relação à maneira como os intelectuais em geral pensavam a respeito do papel da arte para

¹ Doutor em Filosofia. Professor adjunto do Curso de Filosofia da Universidade Estadual do Paraná *campus* de União da Vitória. Professor efetivo do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO). Membro do KHORA – Laboratório de filosofias da alteridade (UFRJ). Email: snoyama@gmail.com

a formação da cultura fica nítido num episódio marcado pela diferença em relação a um de seus pares. A ocorrência que pode ser tomada quase como uma anedota, muito embora não se distancie demais de como as divergências de pensamento e o abismo entre convicções estabelecidas no universo acadêmico ainda hoje ocupam boa parte da economia profissional e das relações pessoais nas universidades. Guardadas as devidas proporções, se todos os embates intelectuais hoje tivessem como medida a disputa² travada entre Schiller e Fichte, pelo menos os arquivos futuros nos guardariam um acervo admirável de dedicação intelectual e manejo da língua materna. Vejamos, pois, o que podemos aprender com esta pequena digressão sobre o mérito do texto filosófico e sua dimensão ético-estética.

Por ocasião da recusa em publicar o artigo de Fichte intitulado “Sobre espírito e letra na filosofia” na revista *Die Horen*, em 24 de junho de 1795, Schiller escreve uma carta expondo os motivos pelos quais seu artigo fora recusado. As expectativas de publicar um texto que contribuísse com o debate sobre o assunto murcharam após a leitura de um texto ‘duro, rígido e excêntrico’ – adjetivos colocados pelo próprio Schiller – que alega ainda, em seu comentário, não compreender as razões que levaram o amigo a compor o texto, pois sente a “falta de determinação e clareza que lhe são habitualmente próprias”. O editor da revista entendeu que o artigo de Fichte seria uma réplica às (suas) cartas sobre a educação estética do homem, contestando o estilo epistolar de sua composição, e em resposta à suposta crítica, publicou o artigo “Dos limites necessários do belo particularmente na apresentação de verdades filosóficas”³ (1795), no qual ele inaugura a discussão acerca das implicações filosóficas originadas a partir da forma escolhida para apresentar ideias. A maneira de expor o pensamento configura um problema estritamente filosófico, na medida em que a forma da composição se torna determinante para a compreensão do texto, a apreensão das ideias apresentadas e, finalmente e não menos importante, o interesse que o prazer da leitura poderia provocar no leitor. É nesse sentido que podemos destacar a chamada educação estética como pertencente a

² Esse debate entre os dois foi travado, sobretudo, através de uma sequência de cartas durante o ano de 1795. Diante de uma controvérsia que não se resolveu, Schiller preferiu encerrar o assunto, evitando que o desgaste se prolongasse ainda mais, já que ambos não sinalizavam concessão alguma: “Somos duas naturezas totalmente diferentes (...). A única forma de nos associarmos seria adotar em conjunto a máxima da razão sensata <*gesunde Vernunft*>, que ensina que as coisas impossíveis de equiparar mutuamente também não têm de ser colocadas em oposição.” (SCHILLER, 1994, p.159.)

³ Schiller escreveu dois artigos complementares na mesma época. O primeiro chama-se “Dos limites necessários do belo particularmente na apresentação de verdades filosóficas”, e o segundo “Sobre a utilidade moral dos costumes estéticos”, que posteriormente foram publicados como um só texto, intitulado “Sobre os limites necessários no uso de formas belas”, em *Escritos menores em prosa, de 1800*. Optamos por citar o primeiro texto quando nos referimos à polêmica de Schiller com Fichte, e também quando tratamos do texto inaugural do tema da escrita na filosofia. Contudo, nas citações diretas do texto, utilizamos a versão posterior, supostamente mais “completa”, pois dela temos uma tradução para a língua portuguesa.

um projeto específico, o saber, o de pensar as necessidades, os limites e a urgência de uma cultura que privilegia a educação das sensibilidades e da imaginação, e que traga a arte uma vez mais para protagonizar a formação cultural da humanidade.

A princípio, a discussão se estabelece em termos normativos, no qual chama a atenção para a problemática pretensão à verdade nos modos de exposição de ideias nos modelos científico, poético, e jornalístico ou popular – no sentido da *Populärphilosophie*. Essa mesma questão, somados outros fatores relacionados ao esforço de filósofos como Reinhold, Fichte e Kant, exhibe o seguinte pano de fundo: ao passo que, em meados do século XVIII, a religião já não dispunha mais de todo o prestígio político e ideológico de outros tempos; considerando também o significativo status e credibilidade atribuídos à ciência, com a expectativa de uma valorização ainda maior; e percebendo as investidas dos filósofos germânicos no intuito de elevar a filosofia ao patamar da ciência moderna, podemos considerar que as diferentes contribuições e investigações no campo da filosofia tinham, de fato, a mesma referência ou problema central. Isto é: diante da hegemonia crescente da ciência e de seu reconhecido valor na sociedade, tornou-se um desafio para a filosofia equiparar-se qualitativamente a esta, assumindo como modelo o seu rigor, o caráter sistemático e as suas questões. É a partir desse cenário que entendemos a polêmica entre Schiller e Fichte como o primeiro momento em que efetivamente a escrita foi pensada a partir da filosofia e legitimou-se como uma questão genuinamente filosófica. Retomemos então a polêmica em questão.

Elegemos duas questões fundamentais do artigo de Schiller e pretendemos apresentá-las em seguida. A primeira delas se refere à exclusão dos sentidos como fonte de conhecimento seguro neste processo que procura fundamentalmente a universalidade e a verdade dos enunciados. Disto surge um problema para Schiller na medida em que ele pretende harmonizar as forças sensíveis e espirituais, quais sejam: sentidos e razão, em um fim único e último, moral e ético, necessário e infinito – a formação cultural da humanidade [*Bildung*].

A segunda questão trata do desafio de elevar a filosofia ao patamar científico. Sobre este desafio sugerimos a seguinte observação importante: Schiller tenta resolver o problema denunciado por Kant da provável impossibilidade da arte produzir ou transmitir conhecimento seguro e verdadeiro, posto que se apresente a nós em sua dimensão estética e, portanto, mediante juízos reflexivos (subjativos).

A obra de Schiller que provoca mais interesse filosófico em geral, sem dúvida, é o conjunto de vinte e sete cartas escritas por ele destinadas ao príncipe Augustenburg, em forma de agradecimento pela pensão oferecida a ele pelo seu mecenas. O interesse dos filósofos por

esta obra é motivado pela fecundidade dos temas abordados pelo autor, bem como pelo fato de Schiller estabelecer através de suas cartas um intenso diálogo com outras filosofias, como a de Kant, e com a frequente referência que faz a Antiguidade grega. Além disso, uma primeira leitura das cartas já nos permite afirmar que Schiller busca algo improvável, uma tarefa que ele mesmo reconhece ser, se não impossível, ao menos infinita: conciliar uma concepção de mundo próxima dos gregos em pleno século XVIII, quer dizer, pensar como os gregos sem compartilhar da sua ingenuidade diante do mundo, mas usufruir da capacidade da razão para diagnosticar seu tempo e escolher para sua vida uma relação com o mundo norteada pela arte. Este último detalhe chama atenção para outra questão que está presente não apenas nesta obra, mas em todo o percurso filosófico de Schiller: a disputa entre a filosofia, a ciência e a arte pelo papel preponderante na formação cultural da humanidade, isto é, pelo fio condutor da *Bildung*.

Sabemos que a ciência de um modo geral se ocupou por ditar o ritmo da nossa sociedade, e que à arte coube historicamente um papel secundário na formação do homem, processo esse que chegou às vias de fato com a transformação da arte em mercadoria no século XX. Portanto, temos plena consciência de que Schiller não logrou muito sucesso em sua empreitada, e que tantos outros artistas e filósofos que porventura compartilharam da mesma ideia de Schiller tampouco conseguiram realizar o projeto de devolver à arte seu valor na educação da humanidade e seu significado único na cultura. Mas isso não quer dizer que o interesse de Schiller pela filosofia tenha sido em vão, pelo contrário, o simples fato de Fichte ter contestado a posição dele já é para nós o estímulo necessário para continuar nossa investigação.

Em 1795, primeiro ano de Fichte em Jena, teve início a querela entre os dois amigos. Seguindo as afirmações de Manuel Ramos e Faustino Oncina, em *Filosofia y estética* (2007), a primeira colaboração de Fichte na publicação já revelara uma divergência entre os dois que mais tarde marcaria a polêmica acerca da escrita. Este primeiro artigo publicado na *Die Horen* fora alterado em algumas partes por Schiller, e estas pequenas alterações irritaram o autor a ponto de em um breve comentário, ele ter afirmado que o “impulso estético deveria certamente subordinar-se ao impulso à verdade” (*apud* ONCINA; RAMOS, 2007, p.16), e não somente, mas que ambos os impulsos referidos deveriam subordinar-se, no homem, ao impulso mais nobre de todos, o ético. Ora, este breve comentário é suficiente para se perceber que a escrita não somente tinha um potencial filosófico, como as suas relações com as questões epistemológicas e éticas não eram meramente superficiais. E, se por um lado a posição fichteana deixa clara a necessidade de uma hierarquia entre essas três dimensões, com privilégio amplo e absoluto da ética; a perspectiva que Schiller começará a desenvolver levanta alguns pontos

muito importantes para que a visão de seu agora adversário não seja a única alternativa, visto que ele busca declaradamente uma união da escrita bela com a científica, isto é, a fusão entre beleza e verdade. É a partir desta improvável união que o poeta inicia sua tarefa infinita, exercício que tem com exigência uma passagem determinante pelas contribuições filosóficas.

Voltemos, todavia, à polêmica. Já dissemos que o propósito da revista *Die Horen* engendrava justamente a busca da beleza na escrita e da verdade no conteúdo. Nas palavras de Schiller “se perseguirá fazer da beleza uma intermediária da verdade, e dar à beleza, através da verdade, um fundamento mais duradouro e uma dignidade mais elevada” (*apud* ONCINA; RAMOS, 2007, p.18). Portanto, era de se esperar que Fichte, enquanto membro do conselho da revista, encaminhasse um texto que atendesse às suas expectativas editoriais. Parece suficientemente nítido, sobretudo pelas palavras de Schiller, que não se trata de uma busca apaixonada e a todo custo pela popularização do saber, mas sim de uma capacidade de intermediar uma relação com o mundo e, por conseguinte, com o saber, que a modernidade se acostumou a ignorar deliberadamente. A rigidez e a seriedade cega de Fichte atropelaram o propósito da revista, pois o filósofo sequer demonstrou alguma disposição em atender às palavras de seu amigo, quando, no “Anúncio de *Die Horen*”, ele afirma que “na medida em que seja factível, se liberará os resultados da ciência de sua forma escolástica e se tentará fazê-los compreensíveis ao sentido comum em uma envoltura atraente, ou pelo menos sensível” (SCHILLER, 1991, 150). Dessa forma, a polêmica revela algo ainda mais grave: o claro desinteresse em consentir e concordar com o ponto de vista ideológico e, porque não dizer, filosófico de seu amigo editor.

Mas, afinal, qual é a origem desta discórdia? Uma possibilidade é que seja a finalidade da escrita e o valor supremo existente por detrás de suas investigações. Fichte deixa claro que há uma primazia da ética diante das demais questões, e que o impulso ético no homem fala mais alto que todos os demais impulsos, e Schiller também submete seu projeto filosófico à formação cultural da humanidade, numa palavra, à *Bildung*. Mas é possível que esta semelhança seja mesmo aparente, e que na concepção de Fichte haja uma exigência que diferencie radicalmente a sua postura. Ele parece ser bastante intransigente em relação à ideia de estabelecer algum tipo de diálogo, deixando prevalecer as deliberações de uma perspectiva da filosofia objetiva, direta, conclusiva e separada em absoluto dos demais campos do saber, procurando fazer a investigação filosófica uma nova ciência, submetendo sua exposição aos ditames normativos (autoritários?) do raciocínio científico. Esse é um dos pontos mais delicados da questão, pois nos remete diretamente ao problema de definição da própria filosofia.

Contudo, para evitar enfrentar este problema de imediato, admitamos que as concepções de filosofia sejam anunciadas, ainda que parcialmente, pela maneira como os filósofos estabelecem seus textos e suas teorias. Dessa forma, o rigor e a recusa ao diálogo revelam uma filosofia fichteana tão distante das expectativas de Schiller a ponto de apresentar-se como uma incompatibilidade irresoluta. Investiguemos, portanto, a partir de que conflito ele parte para argumentar em favor de uma utilização da beleza e justificar o recurso estilístico como mediador condicional para a formação de uma humanidade consciente, plena de sensibilidade e intelecto, satisfeita em seu duplo aspecto.

É de forma categórica e elucidativa que Schiller inicia a décima oitava carta em *A educação estética do homem*: “Pela beleza, o homem sensível é conduzido à forma e ao pensamento; pela beleza, o homem espiritual é reconduzido à matéria e entregue de volta ao mundo sensível” (SCHILLER, 2002, p.91). Com esta afirmação provocativa ele anuncia a tentativa de utilizar a beleza como mediadora ou intermediária entre o mundo sensível e o intelecto, isto é, entre a experiência e a razão; em última instância: Schiller busca conciliar a filosofia empirista e a racionalista e dar fim ao abismo que separou sensualistas e racionalistas de forma emblemática no século XVIII tendo como instrumento fundamental a beleza, que o próprio Schiller identifica em *Sobre graça e dignidade como cidadã de dois mundos*, único elemento capaz de atender às exigências antagônicas da razão e da experiência.

A tônica da carta é justamente estabelecer em que medidas racionalistas e empiristas acabaram por criar obstáculos intrincados para as questões da Estética, a ponto de engessar o problema e limitá-lo às objeções que cada um dos sistemas imputava ao outro, o que resultou, evidentemente, na impossibilidade de dar continuidade às recentes questões específicas da filosofia da arte. Muito mais preocupado em tratar destas questões do que das de outra natureza, fossem elas lógicas, epistemológicas ou meramente metodológicas, Schiller admitiu a incapacidade dos dois grupos de encontrar efetivamente a beleza. Por um lado, os empiristas não conseguiram distinguir as especificidades do conjunto das impressões sensíveis, porque se entregaram completamente a esta reflexão através do sentimento. Por outro, os racionalistas não o fizeram por confiar exclusivamente ao entendimento a função de guia em direção à verdade, e com isso nada puderam ver do todo, pois enxergaram apenas as partes separadas. Em suas palavras: “Os primeiros temem suprimir a beleza dinamicamente, isto é, como força ativa, quando devem separar o que está ligado no sentimento; os outros temem suprimi-la logicamente, isto é, como conceito, quando devem unificar o que está separado no entendimento”. (2002, 92)

O argumento principal de Schiller é que a beleza, se utilizada como forma para sensibilizar o homem e despertar nele o interesse para as questões filosóficas e, dessa forma, encaminhá-lo para a reflexão característica da filosofia, isto é, por conceitos, acaba por reunir os dois estados que até então estavam em oposição. Com isso, seria possível suprimir a oposição entre razão e sensibilidade, ou entendimento e sentimento, criando um terceiro estado, responsável por eliminar as divisões e diferenças entre os adversários. De fato, Fichte não demonstrou em momento algum compartilhar com essa ideia de eliminar quaisquer diferenças e unificá-las num único estado, ainda que tenha ofertado uma série de argumentos que o próprio Schiller poderia recorrer para articular sua defesa. Em “Sobre o espírito e letra na filosofia”, além de discorrer sobre a noção de espírito em geral, ele diferencia de forma bem contundente o que entende por espírito da filosofia e o espírito na filosofia, e é justamente nessa passagem, ainda na primeira carta, que ele afirma: O mesmo que acontece com os livros, acontece com outras obras tanto de arte como da natureza. “Uma coisa nos deixa frios e indiferentes, ou inclusive nos repele; outra nos atrai, nos convida para determo-nos em sua contemplação, esquecendo de nós mesmos nela”. (FICHTE, 2007, 105)

Sabemos que Schiller indica a capacidade que determinada obra seja de qual natureza for tem de nos tocar e nos atrair, e que a ausência desta mesma capacidade pode provocar o total desinteresse por um dado conteúdo. Na sequência da passagem citada, Fichte segue argumentando que os “relatos mais ricos” não tem a capacidade de atrair os leitores, justamente por sua profundidade e importância, como se a qualidade e a seriedade do assunto exigissem uma escrita não atraente. Contudo, nesta passagem, ele diz:

Está claro que uma obra de primeira classe pode excitar, estimular e fortalecer nossa capacidade mesma de sentir o objeto”; que tal obra nos oferece simplesmente o objeto de nossa ocupação espiritual, se não ao mesmo tempo o talento para nos ocuparmos dele” (...) “esta obra cria simultaneamente o espetáculo e o espectador, como a força vital do universo, comunica com o mesmo sopro movimento e organização a matéria morta, e vida espiritual a matéria organizada. (FICHTE, 2007, 106)

Fichte continua a distinguir as obras de primeira classe e as de segunda, alertando que isso se dá na medida em que a primeira pode “excitar, estimular e fortalecer nossa capacidade de sentir o objeto” (p.106); enquanto a segunda “retém e impede o mesmo sentido que necessitamos para seu gozo” (p.106). No primeiro caso, “nosso entendimento pensa ou nossa imaginação compõe (*Dichten*; compõe poeticamente) espontaneamente igual ao artista, e isso se faz tal como quer o entendimento e sem que nós o submetamos à imaginação” (FICHTE,

2007, 107). Isto é, há necessariamente uma não intervenção de nossa parte no processo na formação e na ordenação das figuras e nos conceitos que se formam (em nossa mente). A diferença substancial entre essas duas classes de obras reside na força vital interna, na capacidade de se remeter ao sentido interno, o que nos deixa à vontade para supor que este sentido interno seja a razão. Admitindo (e Fichte o faz explicitamente) que tal força seja o espírito, logo concluímos que a ausência ou a presença marcante desse espírito é o que determina que tal obra seja de primeira ou de segunda classe.

A partir da maneira como expusemos a questão até aqui, parece razoável afirmar que o elemento condutor da discussão é a dupla via em que se Schiller e Fichte exibem seus argumentos. Para além de um problema normativo, que exigiria fundamentalmente um debate no campo estilístico, o que parece estar por trás disso é uma questão de valor. Queremos dizer com isso que, apesar de utilizarem argumentos semelhantes, a distância parece ser um obstáculo intransponível, e por isso jamais chegariam a um. Todavia, há uma diferença irrevogável pelo fato de que, para Fichte, trata-se fundamentalmente de um problema estilístico de peso negativo e que depõe contra o próprio espírito filosófico; e por isso a participação da sensibilidade só pode ter efeito negativo na construção do discurso filosófico. Ou seja, toda e qualquer contribuição dessa natureza, corre o risco de atribuir ao discurso filosófico um caráter poético, e isto é, por si só, uma afronta aos princípios fundamentais de uma forma tal qual a da filosofia, que pretende ser um universal, verdadeira e definitiva. Por outro lado, Schiller argumenta justamente que esse caráter poético poderia dar à filosofia toda a inserção política da qual ela não desfruta, sem com isso perder a sua dignidade, profundidade e magnitude. Ora, a norma é a superfície do enlace! Julgar esta disputa como algo meramente normativo é o mesmo que se eximir da possibilidade de identificar as questões políticas que ao longo da história permearam e penetraram o pensamento e as contribuições dos mais distintos filósofos.

Dizer que se trata de um problema de valor é o mesmo que afirmar uma disputa entre os vínculos políticos e culturais envolvidos no ensejo. Se ao longo da história da filosofia houve diferentes pesos e medidas atribuídos ao pensamento e à defesa em seus argumentos, é de se imaginar que a querela entre as formas de exposição científica e popular também pudesse ter parte no assunto. E como se constituiria esse problema?

Além daquela carta-resposta a Fichte, no artigo “Dos limites necessários do belo particularmente na apresentação de verdades filosóficas”⁴, Schiller volta a fazer uma crítica à

⁴ Daqui em diante, portanto, mencionaremos apenas o artigo “Sobre os limites necessários no uso de formas belas”.

forma como o filósofo apresentou o texto “Sobre o espírito e letra na filosofia”. O motivo principal desta crítica seria o uso de uma forma e de uma estrutura argumentativa inadequadas, considerando que o conteúdo trataria justamente da questão da forma dos textos filosóficos. Além disso, Schiller menciona que o texto estava muito aquém da capacidade e da qualidade de Fichte como pensador e escritor, se comparado a outros escritos do filósofo de Jena.

Tal crítica endereçada envolve o desenvolvimento de formas básicas de exposição de um texto, as quais teriam qualidades diferentes em função de suas características intrínsecas. Nesse sentido, Schiller estabelece os motivos pelos quais ele acredita que a filosofia deveria encontrar uma melhor forma para apresentar suas ideias, porque as particularidades do pensamento filosófico exigiam um tipo de escrita diferenciado. Para Schiller, o artigo de Fichte seria um exemplo de como a forma científica pode prejudicar a apresentação das ideias. Seu texto estava demasiadamente denso e rígido, dificultando a leitura e o entendimento das ideias apresentadas justamente pelo rigor da apresentação, resultado de uma preocupação exagerada com o caráter “científico” da forma do texto.

No seu artigo, Schiller faz uma comparação entre a forma popular e a forma científica, e a partir dos problemas identificados em cada uma dessas formas ele se propõe a pensar, posteriormente, uma terceira – a forma bela. Esta seria uma alternativa proposta por Schiller como superação dos problemas detectados nas duas outras formas de apresentação. A escrita filosófica dita popular [*Populärphilosophie*] é um fenômeno bastante particular das últimas décadas do século XVIII, frequente nos estados germânicos. Trata-se de textos curtos e com linguagem simplificada, utilizados em jornais e revistas para divulgar para o público comum as ideias que os filósofos costumavam apresentar em seus livros dedicados à restrita comunidade acadêmica. Poderiam ser escritos tanto por jornalistas que pretendessem sintetizar e divulgar as propostas filosóficas, como pelo punho dos próprios filósofos, como Kant, que chegou a publicar alguns textos curtos, elaborados de forma menos complexa, visando o grande público.

A intenção de ampliar o alcance da filosofia, fazendo-a chegar a um público externo à academia parece estar intimamente relacionada com a proposta da época de fazer da formação cultural um processo de emancipação intelectual e de usá-lo como um dos meios de conquista da liberdade individual; em outras palavras: colocar em prática os ideais político-pedagógicos do Esclarecimento. E não é apenas isso, pois para confiar num improvável sucesso dessa proposta, seria condição *sine qua non* sustentar a importância de discutir e inserir nos programas de formação uma estratégia de educação das sensibilidades. Porém, esta iniciativa encontra muitas barreiras, sobretudo em função da dificuldade de simplificar os problemas e as sugestões

de solução da filosofia e de tornar seus conteúdos mais facilmente assimiláveis. As diferenças entre as formas de apresentação, invariavelmente, podem significar uma mudança radical da ideia apresentada, ou interferir negativamente na compreensão dos leitores. Com isso, não seria exagero algum dizer que se trata de um problema não apenas estético, ou estilístico, mas também político e ideológico.

A motivação desta atitude tem um vínculo com o projeto de formação cultural, com a ideologia política que predomina no debate filosófico sobre o assunto. No contexto da *Aufklärung*, a filosofia seria responsável por fomentar o processo de aperfeiçoamento intelectual dos cidadãos comuns, que através da razão estariam habilitados a exercer sua autonomia e construir uma sociedade plena, pelo menos para os padrões e expectativas de um Iluminismo tardio⁵. Uma investigação sobre o desenvolvimento desta filosofia “popular” que pretendesse averiguar os seus resultados poderia até fornecer algum conteúdo de interesse para uma problematização especificamente política; contudo, não é este o caso aqui. No que concerne à estética, parece suficiente acompanhar a investitura de Schiller acerca dos problemas restritos ao uso deste estilo, sobretudo na tentativa de popularizar teorias e doutrinas filosóficas.

A história da filosofia nos mostra que os séculos foram favoráveis à hegemonia do discurso lógico-dedutivo, e que nessa batalha o senso comum não apresentou armas suficientes para equiparar-se à ciência. E ainda, se quisermos pensar a arte como uma atividade que pretenda produzir conhecimento, mesmo ela, com toda a sua sedução e eloquência, não foi competitiva o bastante para disputar o trono com o discurso lógico-dedutivo. Tanto para a ciência quanto para a tradição filosófica que se fortaleceu na controvérsia com a sofística, desde Platão, e se propagou a partir de Aristóteles, o conhecimento sempre esteve intimamente ligado à argumentação lógica e subordinado à necessidade da demonstração.

A filosofia, já acostumada a contemplar momentos de crise política e ideológica, e a oferecer seus serviços para uma possível solução do problema ou para encontrar uma forma de apaziguar seus efeitos, não pode omitir-se nesta ocasião. Seguindo a tarefa que Schiller desempenhou em suas incursões na filosofia, a maneira como filósofos apresentam suas ideias e teorias pode ser problematizada com o rigor próprio da filosofia e, para tanto, a jovem estética tem muito a contribuir. Sem esquecer a sua dimensão política, mas valorizando a sua importância estética, o conflito entre a forma científica e a popular abre espaço para que Schiller

⁵ Ver: BARBOSA, Ricardo. *Schiller e a cultura estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

formule a seguinte pergunta: podemos sustentar a hipótese de que a forma de exposição bela é uma síntese entre as formas científica e popular? No parágrafo nono do texto “Sobre os limites necessários no uso de formas belas”, Schiller afirma: “Não basta expor a verdade apenas em conteúdo; a prova da verdade deve estar simultaneamente contida na forma de exposição. Mas isso não pode significar outra coisa senão que não apenas o conteúdo, mas também a exposição do mesmo, tem de estar de acordo com as leis conceptuais.” (SCHILLER, 1994, 106-7)

Se a resposta for positiva, significa que a forma bela seria uma alternativa de apresentação de ideias capaz de aperfeiçoar tais formas de exposição, sem repetir os equívocos intrínsecos das formas científica e popular, conservando algumas qualidades e superando as dificuldades que cada forma apresenta.

A síntese implicaria, seguindo esse raciocínio, um progresso em relação a ambas. No que tange às necessidades intrínsecas, a forma científica é sistemática e exige rigor e continuidade para realizar plenamente sua tarefa: apresentar ou demonstrar o universal mediante o particular, encadeando juízos a fim de produzir um conhecimento seguro e preciso, ou como diz Schiller “repousando em conceitos claros e princípios estabelecidos”. Se, antagonicamente, a exposição popular tem como característica inegável um apreço pelos sentimentos (e não ao racional como na científica), e, fatalmente, em função de sua necessidade de dirigir-se a um público menos erudito ou esclarecido, esta forma se rende à condição de fazer com que tal conteúdo seja acessível ao seu público. Com isso, ela perde rigor e sistematicidade se comparada à forma científica, mas ganha em sensibilidade e emoção, e torna-se mais atrativa. Uma ao lado da outra, percebe-se que o excedente na primeira é escassez na segunda, que tem de sobra justamente o que é raro à primeira. Enquanto a exposição científica satisfaz o entendimento, a popular satisfaz a imaginação. Conclui-se, pois, que tanto o discurso científico quanto o popular são fortemente delimitados pelo perfil de seus destinatários, ambos em consonância com sua forma de execução. A ciência entre os doutos e esclarecidos, e o popular entre os pouco eruditos e menos intelectualizados.

Compreendida esta diferença, entende-se por que, segundo Schiller, a forma de exposição bela exige algo que não pode ser encontrado nas duas outras formas: a aparência de liberdade na sua exposição. Diferente da científica e da popular, a forma bela aparece como livre e isso é sua condição necessária. Não se trata de um rigor que deve satisfazer seu seletor e qualificado público, nem tampouco de condicionar sua forma às limitações de seu interlocutor. A beleza da exposição reside justamente na consideração da sua liberdade apenas enquanto fenômeno, pois ele garante uma suspensão do julgamento ontológico da matéria: parecendo

livre, sua aparência é a da beleza; enquanto bela, seu estatuto é a liberdade.

Referências bibliográficas:

BARBOSA, Ricardo. **Schiller e a cultura estética**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. “Verdade e beleza: Schiller e o problema da escrita”. In: Revista SEAF. Rio de Janeiro: SEAF/Uapê, 2004, no4.

FICHTE, J. G. **Filosofia y estética**. Tradução de Faustino Oncina e Manuel Ramos. Valência: Universitat de València, 2007.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem**. Tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002.

_____. **Cultura estética e liberdade**. Tradução de Ricardo Barbosa. São Paulo: Hedra, 2009.

_____. **Kallias, ou sobre a beleza**. Tradução de Ricardo Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **Poesia ingênua e sentimental**. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1991.

_____. “Sobre os limites necessários no uso de formas belas”, em: **Sobre a educação estética do ser humano numa série de cartas e outros textos**. Tradução de Teresa Rodrigues Cadete. Lisboa: INCM, 1994.